

CLÁUDIA RODRIGUES MANSO* | ANA CATARINA GARCIA**

Lisboa nos alvares da modernidade. Testemunhos de majólica italiana no quotidiano do século XVI: o caso da Ribeira Velha

Um novo Campo das Cebolas: síntese da evolução do espaço ribeirinho

Após três fases de escavações arqueológicas, no âmbito do Projecto de Requalificação do Campo das Cebolas, a última, realizada entre Setembro de 2016 e Outubro de 2017, revelou uma ampla perspectiva da evolução de toda a zona da Ribeira Velha de Lisboa, permitindo escavar contextos balizados cronologicamente entre os séculos XV e XX.

A cerca velha que demarcava o limite da cidade na área ribeirinha, com a praia a ocupar todo o espaço extramuros, foi ao longo dos séculos uma zona pouco desenvolvida. Dedicada sobretudo a actividades fluviais, esta circunstância alterou-se a partir do primeiro quartel do século XV, com as primeiras construções ligadas à expansão marítima de Lisboa. Mas a primeira grande reformulação ocorrida nesta área da cidade foi implementada por D. Manuel, quando ordenou a construção de um aterro ao longo de toda a linha ribeirinha da cidade desde Cata-que-Farás, actual zona do Cais do Sodré, até Santa Apolónia. A intenção do monarca era acomodar diversas estruturas e dependências reais como o Paço da Ribeira, o Arsenal, a nova Casa da Índia e uma nova alfândega, cujo edifício dividiu a Ribeira em duas áreas distintas, o Terreiro do Paço e a Ribeira Velha (fig. 1). Este grande empreendimento marcou também o primeiro grande momento identificado nesta intervenção arqueológica decorrida sob o actual Campo das Cebolas.

* Escola de Arquitectura, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Portugal.
E-mail: claudia.rodrigues.manso@gmail.com.

** CHAM, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa, Portugal.
ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-5225-5983>. *E-mail:* catarinagarcia@fcs.unl.pt.



1 Pormenor da Ribeira Velha com o mercado, *Vista panorâmica de Lisboa*, Gabriel del Barco, 1698-99, Inv. MNAz 1 Az, Museu Nacional do Azulejo.

Numa leitura geral e preliminar, percebe-se que o primeiro aterro feito por D. Manuel foi extenso, permitindo ganhar algum espaço ao rio, sobretudo junto ao palácio dos Távoras, localizado na imediação da actual Rua do Cais de Santarém. As evidências que comprovam este aterro foram observadas em toda a área de escavação, bem como o cais mais antigo, também datado do século XVI, que teria início a este da Casa dos Bicos, prolongando-se na direcção de Alfama. As evidências arqueológicas sobre a vivência quotidiana deste espaço remetem-nos para actividades ligadas ao comércio marítimo e fluvial, através de zonas de embarque, desembarque e depósito provisório de madeiras, junto ao que seria o denominado cais de Santarém, bem como estaleiros de pequenas embarcações junto à Casa dos Bicos.

Na viragem para o século XVII, a Ribeira Velha foi alvo de uma nova alteração urbanística, já no reinado de Filipe II, quando este decide construir o torreão Terzi no extremo ocidental do Terreiro do Paço. Por esta ocasião, identificamos nos contextos um novo aterro, que vem anular um troço do cais existente próximo à Casa dos Bicos para construir um outro cais para construir um outro cais perpendicular ao rio, que se iniciava próximo da Casa dos Bicos e se estendia para sul. Toda a zona da Ribeira Velha foi, nesta fase, pavimentada com calçada de pedra e pavimento de argamassa para receber um mercado de víveres localizado no Terreiro do Paço no já existente mercado de pescado (vid. fig. 1). As fontes históricas e iconográficas dão indicação da existência de barracas que teriam sido construídas para albergar os vendedores. Marcas dessa realidade foram encontradas nos vestígios arqueológicos localizados entre a Rua dos Arameiros (junto ao que seria o edifício da Alfândega e das Sete Casas) e a Casa dos Bicos, e aí terão permanecido até 1755.

No âmbito da reconstrução da cidade de Lisboa após o terramoto, foi construído o denominado Cais Pombalino, com o reaproveitamento de partes das estruturas dos antigos cais dos séculos XVI e XVII que sobreviveram ao sismo. O mercado da Ribeira Velha foi deslocado para um espaço interior junto à actual rua do Cais de Santarém. Das várias construções que nasceram em seu lugar, foram encontradas evidências do quarteirão das *Casinhas da Câmara do Senado*, erguido após o terramoto de 1755, delimitado pelas actuais Rua da Alfândega e Rua dos Bacalhoeiros, e das *Casas de Ver-o-Pêso*, também referenciada nas fontes como *Aver-do-Pêso* ou *Casa dos Pesos do Concelho*. A sua localização original seria junto ao antigo Largo do Pelourinho, entre as actuais Rua dos Fanqueiros e Rua do Comércio.

A fase pós-terramoto foi de mudança rápida, com vários projectos delineados e abandonados, outros parcialmente executados, sobretudo no que respeita à última grande alteração do espaço respeitante aos aterros para a expansão do porto de Lisboa. Construído no final do século XIX, na área da Ribeira Velha, estas obras anularam o cais pombalino e criaram as actuais estruturas portuárias. Nestes aterros já mais recentes foram identificados oito despojos de embarcações, em relativo bom estado de conservação, com cronologias que variam entre o final do século XVIII e o século XIX, bem como uma forte estrutura de madeira associada à configuração ribeirinha contemporânea que estruturaria a nova margem do Tejo. Após o aterro dos séculos XIX-XX, foi construído um novo edifício da Alfândega, cujas evidências encontradas possibilitam compreender não só a estrutura interna do edifício como o modo seriam desenvolvidas as actividades alfandegárias de Lisboa à entrada do século XX.

Portugal e Itália: relações socioeconómicas nos séculos XV e XVI

A presença de uma comunidade oriunda da Península Itálica em Lisboa foi uma realidade pelo menos desde o século XII, com um fluxo demográfico constante que atingiu o seu pico entre os séculos XV e XVI, com a abertura da expansão marítima europeia e das novas rotas atlânticas e orientais (Alessandrini 2015a, 112). Em 1317, D. Dinis estipulou um contrato com o genovês Emanuele Pessagno, que o nomeia almirante vitalício com transmissão hereditária, em troca da obrigação de manter sempre em Lisboa vinte homens de Génova “sabedores do mar” (Alessandrini 2015, 123).

Identifica-se, assim, o início de uma presença mais efectiva da comunidade genovesa, composta por famílias inteiras, às quais eram dadas mercês, benefícios e regalias régias, além de privilégios como a isenção de alguns impostos que visava a permanência de estrangeiros em Lisboa (não só “italianos” mas também ingleses, flamengos, etc.). O desconforto de alguns mercadores portugueses com a situação manifestava-se com frequência através de queixas junto da Corte. Apesar disso, a presença de genoveses, venezianos, milaneses, prazentinos e florentinos (estes em número cada vez maior, especialmente entre o século XIV e o século XVI) continuou a afirmar-se e a desenvolver-se, de modo particular ou familiar, através da criação de casas comerciais com forte participação na economia portuguesa (Alessandrini 2015a, 112).

A localização geográfica de Lisboa tornava-a um ponto de passagem vital nas rotas comerciais mediterrânicas e norte atlânticas. A partir de 1314, os venezianos asseguravam um negócio regular com a Flandres, que impunha a navegação pela costa portuguesa. Mas a atribuição de privilégios aos venezianos teve um regime diferente quando comparada com os privilégios dados a genoveses, prazentinos e florentinos (Alessandrini 2013, 157), algo que pode ser explicado pela conjuntura política vivida na *Serenissima* durante o século XIV. Ainda entre o final do século XV e o século XVI, Veneza vivia um novo período de instabilidade, ao contrário de Génova e Florença. Nos finais do século XV, já se notavam algumas particularidades nos métodos comerciais das empresas florentinas, cuja dimensão permitia maior eficiência e maior volume de negócios. Esta abordagem comercial possibilitou-lhes uma maior disponibilidade de capital sem qualquer apoio de empresas estrangeiras, permitindo a prática de um comércio directo sem intermediários e com menos custos (Alessandrini 2015, 126-27).

O grande factor impulsionador das ligações entre Portugal e a Península Itálica foi a abertura das novas rotas marítimas, primeiro para a Índia e depois para o Brasil. Com a entrada da centúria de Quinhentos, foram vários os agentes deste desenvolvimento, entre eles os vários grupos e comunidades estrangeiras que empreenderam papéis de relevo na economia e no comércio português. Entre eles destacavam-se os italianos, organizados em torno de importantes casas comerciais, a maioria delas florentina (Alessandrini 2015b, 107).

O capital necessário para financiar cada expedição à Índia era elevado, e o período de retorno do investimento era longo. Esta circunstância deixava a Coroa portuguesa numa situação debilitante. Neste contexto, a posição dos florentinos em Lisboa foi de grande relevância no sucesso dos empreendimentos ultramarinos portugueses. Perante a situação económica do reino, D. Manuel não teve outra escolha senão aceitar os apoios financeiros oferecidos por estes mercadores bem abastecidos, que usufruíam de uma consolidada actividade banqueira, disponíveis para financiar a Coroa portuguesa (Alessandrini 2015b, 107).

A estreita ligação entre a Coroa e a comunidade italiana, sobretudo florentinos e genoveses, continuou a fortalecer-se ao longo do século XVI, com as famílias e mercadores particulares mais influentes a manter uma posição dominante nos maiores negócios do reino, como o comércio das especiarias e o arrendamento de embarcações, influenciando as receitas alfandegárias e fiscais, bases que serviram mais tarde, ao longo dos séculos XVII e XVIII, para os investimentos das frotas do açúcar do Brasil (Alessandrini 2015b, 108).

Os aterros da Ribeira Velha: entre o lixo e o luxo

Assente na margem norte do rio Tejo, Lisboa situava-se junto às vias de comunicação mais rápidas na época Moderna: o rio e o oceano Atlântico. O barco teve, neste espaço, uma relação privilegiada com a cidade, facilitando a chegada e partida de gentes, mercadorias, ideias e conhecimentos. No contexto do movimento expansionista do império

português, Lisboa tendeu a assumir a centralidade política e económica. Ao longo dos séculos XV e XVI, Lisboa cresceu não só em termos demográficos, entre população portuguesa e estrangeira, como também em termos urbanos. Áreas que até então eram arrabaldes ou periferias da cidade passam a ser integradas na cidade ou no sistema portuário, que se foi desenvolvendo junto ao rio, atraindo profissionais especializados como carpinteiros, carpinteiros navais, tanoeiros, ferreiros, entre muitos outros.

Na abordagem arqueológica à zona do Campo das Cebolas, as suas realidades ribeirinhas de zona de interface entre o espaço urbano e o espaço aquático tiveram de ser tidas em conta, uma vez que esta dimensão esteve intimamente ligada à génese desta parte da cidade. As fontes históricas designam a Ribeira Velha como um local de passagem, de embarque e desembarque e de ligação ao *hinterland* a que o Tejo dava acesso, daí partindo as embarcações que rumavam ao interior levando e trazendo produtos e pessoas.

As evidências arqueológicas da vida quotidiana na Ribeira Velha entre os séculos XV e XVII foram constatadas com maior intensidade numa área com aproximadamente 750m², intervencionada até uma cota de quatro metros de profundidade com vista à instalação do futuro parque de estacionamento. Essa vivência ficou bem patente nos inúmeros artefactos aí recuperados, provenientes dos aterros efectuados ao longo de décadas entre o final do século XV e o XIX.

O espólio de maior relevo e importância, e que aqui se apresenta, foi recuperado do aterro identificado como sendo o mais antigo, construído entre os séculos XV e XVI. Até ao momento conseguiram-se identificar duas grandes fases de execução deste aterro: a primeira, com início durante o reinado de D. Manuel e prolongando-se pelas primeiras décadas do século XVI; e uma segunda fase, situada no final do século XVI no âmbito da reestruturação ribeirinha empreendida já durante o reinado de Filipe II.

Lisboa assumiu neste contexto a centralidade das ligações comerciais com a Índia, sendo um ponto de passagem para todo o tipo de bens e produtos, desde os objectos mais valiosos aos de uso comum e quotidiano.

O espólio recolhido no Campo das Cebolas revelou uma importante amostra do que seria esperado transacionar-se e usar-se no quotidiano da Ribeira de Lisboa nos alvares do século XVI. Entre esses produtos, destacam-se porcelana e *céladons* da China, potes *martaban* do Ceilão, vidros de Veneza e da Boémia, grés da Renânia, cerâmicas do Sul de Espanha, majólica italiana e cerâmica comum local.

Embora a maioria do espólio arqueológico recolhido consista em material cerâmico, também um extenso manancial de material orgânico foi recolhido do aterro quinhentista. O ambiente ribeirinho que caracteriza o local, com grande concentração de sedimentos lodosos, originou um ambiente anaeróbio ideal para a preservação destes materiais perecíveis. Entre as peças orgânicas mais representadas, temos sapatos em couro e cortiça (chapins), esteiras e cestos em vime, peças de jogo, dedais, colheres, pentes de cabelo em madeira. Estes últimos, que surgiram em maior número, consistem

em pentes de catar piolhos, um tipo de artefacto ligado à saúde pública e higiene muito comum na Época Moderna, principalmente em contextos de naufrágio. Este tipo de pentes pode ser talhado também em osso ou marfim, sendo porém a madeira o mais comum e mais acessível às camadas sociais mais baixas. Salientam-se também, entre os objectos de quotidiano recuperados, exemplares de peças de alguma delicadeza, só acessíveis a classes sociais mais elevadas, nomeadamente peças de adorno como contas de colar em vidro, pedras semipreciosas e azeviche (gema orgânica derivada do carvão), pulseiras em vidro, anéis e alfinetes em bronze e ouro. Até ao momento, todas estas peças, com excepção dos anéis e alfinetes, foram identificadas como sendo de importação europeia, asiática e africana.

Este contexto arqueológico foi considerado de grande relevância pela amostra concentrada de um nível tão elevado de artefactos que ilustram materialmente o que terá sido a intensa actividade comercial e o cosmopolitismo de Lisboa nos alvares da modernidade, revelando o intenso intercâmbio cultural e social nesta zona da cidade.

A *maiolica* italiana renascentista: a cerâmica enquanto objecto artístico

A produção de majólica iniciou-se com a designada protomajólica, fruto de contactos comerciais intensos com o Sul de Espanha e a Sicília. À Sicília, chegavam peças de Múrcia, Almeria e Málaga, enquanto Pisa e Génova recebiam navios espanhóis que passavam por Maiorca, com cerâmicas valencianas, sobretudo de Paterna e Manises (Gardelli 2010, 3). A origem do nome *maiolica* nasce desta rota, mais precisamente do nome da ilha de Maiorca, então chamada *Maiorica*.

Esta abertura de rotas e contactos comerciais com a Península Ibérica, bem como com o Médio e Próximo Oriente, influenciaram a produção de majólica arcaica, entre os séculos XIII e XIV, com os oleiros a imitar peças e decorações. Superfícies densamente ornadas, enfatizando motivos geométricos, nós, arabescos, medalhões e rosetas, eram muito apreciadas e utilizadas nas primeiras produções cerâmicas (Hess 2004, 17).

O espectro cromático era limitado e recorria sobretudo ao branco, manganês, verde e, ocasionalmente, ao amarelo e azul-claro. As primeiras décadas do século XIV marcaram uma viragem em termos decorativos, com a utilização do azul-cobalto e do amarelo, que passou a ser recorrente. Nesta fase verificou-se também uma vontade de melhorar as técnicas de produção e de elevar a qualidade da cerâmica. O aumento da procura foi outra das consequências da tentativa de imitação da cerâmica de reflexo metálico espanhola, muito apreciada e procurada na época.

O final do século XV, por volta de 1470, trouxe consigo não só uma nova forma de produzir, mas também de encarar a cerâmica como objecto artístico. A cerâmica incorpora em si os quatro elementos – água, ar, terra e fogo –, naquilo que pode ser encarado como uma forma de materializar a ligação à terra e à vida, dimensão que a Renascença reanimou com a ideia de que estas peças eram um microcosmo a espelhar um macrocosmo (Hess 1988, 1).

De facto, passou a haver uma maior variedade decorativa. Cada centro produtor desenvolveu decorações próprias, com as quais veio a ser comumente associado. O foco da *maiolica* deveria ser o seu carácter decorativo, não a sua forma. Priorizava-se, assim, a história que transmitia, simples ou complexa, como encontramos nas cerâmicas de *istoriato* das grandes oficinas como Faenza (onde teve origem), Caffaggiolo, Urbino e Casteldurante. Este tipo de peças exprime a mudança na produção de objectos utilitários para pictóricos e vem romper com a união anterior entre forma, decoração e utilização, recorrendo nestes casos a formas maioritariamente abertas, côncavas e rasas, sem a presença de bordos, depressões e outros elementos que perturbem a pintura destas histórias.

O crescente sucesso da majólica, a partir das últimas décadas do século XV, deveu-se, em parte, aos ideais e estética renascentistas. Mas deveu-se, sobretudo, a um conjunto de circunstâncias que elevou a majólica a um patamar de peças de uso pessoal. Ao longo da primeira metade do século XVI, as oficinas dedicadas à produção de majólica desenvolveram-se em paralelo com esta forma de arte, sobretudo no Centro e Norte de Itália (Kingery 1993, 28). Mas a grande popularidade da majólica renascentista face à majólica arcaica tardia, e sobretudo à protomajólica e majólica arcaica, não se deveu apenas às novas características decorativas desenvolvidas nas décadas de 70 e 80 do século XV. Esta viragem esteve, na realidade, ligada a um salto tecnológico que permitiu a produção de peças de melhor qualidade e quase em série, ao mesmo tempo que respondia a um novo gosto que apelava a um vivo cromatismo (Carta 2008, 132). A estes factores de sucesso, juntaram-se também a extensa panóplia cromática, decorativa e morfológica das peças, um novo modelo de organização de negócio, o recém-adquirido prestígio da indústria e a entrada em mercados estrangeiros (Goldthwaite 1989, 2). Todo esta conjuntura permitiu a colocação da majólica num lugar preponderante na produção e no comércio europeus, com diversos países, como a Espanha e a Holanda, a tentar replicar esta cerâmica com recurso a oleiros italianos.

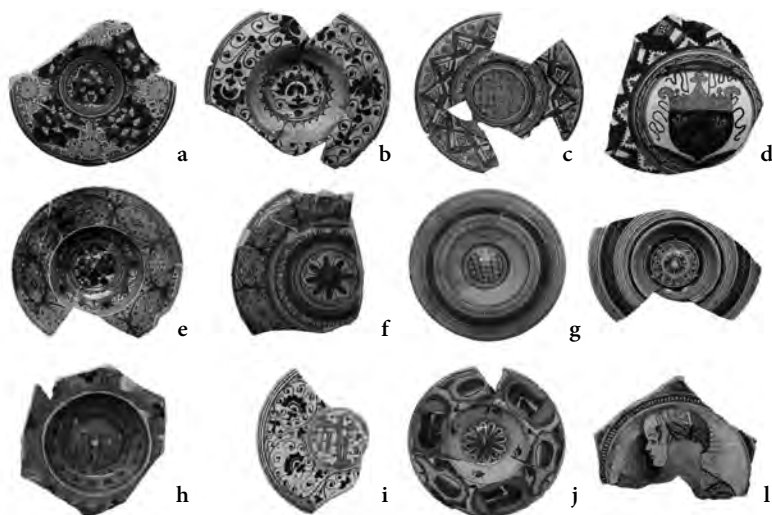
Quanto às técnicas de produção, a introdução de estanho no preparado de esmalte foi uma inovação que permitiu aos oleiros não só criar um branco mais puro para aplicar a pintura, mas também tornar os vidrados mais estáveis durante a cozedura (Hess 1988, 3). Como, normalmente, os pigmentos aplicados tendiam a escorrer ou a borrar, era aplicado este esmalte estanífero na(s) superfície(s) a decorar, enquanto a técnica anterior utilizava o esmalte de chumbo que se aplicava na restante superfície.

A massificação da distribuição da majólica impulsionou a reprodução sistemática de uma enorme variedade de peças, cuja diversificação nasceu para responder a exigências de um mercado que demandava produtos de boa qualidade a preços mais acessíveis (Carta 2008, 79). O oleiro aperfeiçoou a sua técnica enquanto pintor para atingir gradações no uso da cor com o intuito de modelar e simular relevo. Ao mesmo tempo esta era também uma tentativa de dar resposta às pressões para manter e acompanhar a rápida inovação que dominava já sobre outras artes visuais renascentistas italianas (Goldthwaite 1989, 4).

Contrariamente às inovações verificadas na decoração, as formas tardo-medievais continuaram a ser produzidas ao longo dos séculos XV e XVI, como se verificou na maioria do espólio recuperado no Campo das Cebolas, ao lado de novas peças moldadas e altamente decoradas, de superfícies irregulares e esculturais, datadas do século XVI, embora em menor quantidade e sem grande expressão quando comparadas com as restantes.

As majólicas da Ribeira Velha – abordagem preliminar

Vários são os centros produtores até ao momento encontrados no espólio recuperado, como Deruta, Caffagiolo e Faenza. A presença mais significativa é, sem dúvida, das oficinas montelupinas (Florença) (fig. 2).



2 Majólicas de Montelupo: a) *a palmetta persiana*; b) *famiglia bleu a motivi vegetali a mezzaluna dentata*; c) *nastri spezzati a scacchiera policroma*; d) *nastri spezzati a stema*; e) *ovali e rombi a scacchiera policroma*; f) *ovali e rombi a fiore centrale*; g) *bleu graffito*; h) *fiori e frutti com IHS*; i) *famiglia bleu a motivi vegetali a mezzaluna dentata com IHS*; j) *armi e scudi*; l) *coppa d'amore*.

O período mais prolífico de Montelupo desenvolveu-se entre 1480 e 1540, quando conseguiu criar uma produção de qualidade média-alta, com um repertório decorativo rico e diversificado e um método que permitia reproduzir o mesmo tipo de peça as vezes necessárias, mantendo sempre a qualidade (Carta 2008, 133). Este processo criou uma estandardização morfológica, havendo sobretudo pratos planos de diferentes dimensões, pouco profundos, com ou sem aba, e escudelas baixas com aba, sem pé e base côncava

que segue uma forma do século XV (Carta 2008, 140). A evolução tecnológica que possibilitou esta standardização foi conseguida em grande parte através da reprodução do reflexo metálico das cerâmicas espanholas, fruto do trabalho colaborativo entre alquimistas e peritos em pirotecnia, metalurgia e mineralogia (Hess 1988, 5), que no processo criaram novas cores como o vermelho ocre.

Este sistema de produção aproximava-se de um modelo pseudocapitalista ou pré-industrial, já que o oleiro se encontrava pressionado pelas exigências do mercado, mas permitindo um fabrico seriado sem comprometer nem a qualidade, nem a resposta criativa e mantendo os seus custos a um nível comportável (Carta 2008, 136-137).

A característica cerâmica da majólica policroma encheu as rotas comerciais e fez chegar aos mais diversos mercados peças com decorações geométricas, vegetalistas e antropomórficas. No caso do Campo das Cebolas, a paleta identificada contém cores como amarelo, laranja, branco e diversos tons de verde e azul. Inspirava-se sobretudo nos motivos orientais, principalmente na cerâmica de Iznik, que se adaptava melhor ao novo conceito de natureza como perfeição, com cores luminosas que davam uma sensação espacial e de representação realista (Carta 2008, 132).

No espólio recuperado, identificaram-se diversas peças de influência oriental, nomeadamente a *palmetta persiana*, que consiste numa sequência de elementos lanceolados, estreitos e reagrupados entre si formando uma espécie de pinha. Esta inspiração decorativa foi beber de motivos encontrados na cerâmica esmaltada dos grandes centros produtivos iranianos e sírios e desenvolvida dentro do sentido estético eclético que estava na base do trabalho dos oleiros italianos renascentistas (Berti 1998, 112). Os exemplares que constam do espólio do Campo das Cebolas inserem-se num período entre 1480 e 1510 e apresentam pintura em azul sobre branco com apontamentos de verde, amarelo, laranja e vermelho.

No universo de influências exteriores, a *famiglia bleu* merece um apontamento, inclusive por estar vastamente representada na colecção em análise. A cerâmica *alla porcelana*, como muitas vezes é chamada, caracteriza-se por ser decorada com motivos vegetalistas num prevacente cromatismo azul que contrasta com a superfície branca da peça, mimetizando a porcelana chinesa (Berti 1998, 135). Uma versão desta decoração com motivo *a corolla intera* tem influências do Extremo Oriente, mais precisamente sírias, na que é considerada a *imitazioni iraniane*. Deste modo, dentro da *famiglia bleu* temos decoração *a motivi vegetali* de dois tipos: a *mezzaluna dentata* e a *naturalistica*.

A primeira, datada de entre 1480 e 1500, consiste na secção de uma coroa floral em que se pode reconhecer a fisionomia de um cravo, bem como alguns desenhos típicos dos tecidos de qualidade superior italianos (Berti 1998, 138). Já a segunda é de cronologia mais recente, 1510-1520, e concentra-se na criação de uma flor numa perspectiva horizontal, como se fosse visualizada de um ponto alto, desenhada com uma forma elíptica ou circular e, na nossa variante, com as pétalas desenhadas e o centro delineado a amarelo.

À semelhança do que sucede com o motivo anterior, também a decoração *a nastri spezzati* é das mais frequentes no Campo das Cebolas. Esta consiste em duas bandas entrelaçadas e cortadas que rodeiam um tema central, que no nosso caso datam de entre 1480 e 1495. Entre os temas centrais figuram a *stema* (com brasão), a *scacchiera policroma* (reticulado policromo) e a *fiore centrale* (flor central). Com pintura a azul sobre branco e uso de vermelho e verde, o laranja que surge nestas composições é remanescente da cerâmica de reflexo metálico, como acontece com a decoração mais frequente *a ovali e rombi*, e é desenvolvido de maneira a transformá-lo num motivo completamente inédito.

A nossa variante decorativa deste motivo está balizada entre 1490 e 1510 e consiste numa série de losangos laranja envoltos por formas ovais azuis que se conjugam mais frequentemente com três tipos de medalhão central: *fiore centrale*, essencialmente uma flor estilizada de doze pétalas que, pela sua forma geométrica, se assemelha a uma estrela; *scacchiera policroma*; e círculos concêntricos. Os losangos são desenhados de forma estilizada, com tendência para assumir uma fisionomia vegetal a imitar a corola de uma flor e sugerindo as pétalas (Berti 1998, 122). À semelhança do que acontece com a decoração *a nastri spezzati*, todas as formas identificadas são pratos, de forma tipicamente italiana, cuja morfologia proporciona maior facilidade na aplicação da pintura.

Até ao momento, o único motivo decorativo encontrado, inteiramente datado de século XVI, (mais precisamente 1510-1520), é o *bleu graffito*. Consiste em elementos finos e pequenos como anéis, círculos ou pequenos nós que se apresentam ao longo de bordos e abas, sendo um dos tipos mais frequentemente encontrados. O seu nome vem da banda azul cobalto onde eram desenhadas as intrincadas decorações a branco. Além do branco e azul, a conjugação cromática varia entre amarelo, laranja, verde e apontamentos de vermelho, organizados numa banda de *bleu* circundada por uma ou duas faixas estreitas em amarelo ou laranja com pequenos pontos vermelhos. Das decorações centrais típicas deste período, como brasões, figuras, troféus, bustos classicizados, animais e formas geométricas, apenas temos estas duas últimas, bem como o menos utilizado *nodo orientale*.

Entre os motivos decorativos menos frequentes como *fiori e frutti*, *tamburi e armi* (uma sequência de tambores intercalados com objectos bélicos, sobretudo espadas), *armi e scudi* e *bacellati*, queremos destacar uma peça em particular, uma *coppa d'amore*. Os *coppe d'amore*, ou *coppe amatorie*, eram taças muito comuns nos inícios do século XVI, oferecidas como prendas de noivado. Eram decorados com bustos classicizados de mulheres bonitas ou homens heroicos, ou então com a própria imagem da(o) amada(o) acompanhada pelo nome ou uma frase amorosa. Este é um bom exemplo da acessibilidade atingida pela majólica na época. Para dar resposta ao uso quotidiano produziam-se sobretudo formas abertas como pratos planos, com ou sem aba, pratos fundos, taças, tigelas de fundo côncavo – todas presentes nos contextos do Campo das Cebolas –, numa promoção de formas individuais que reflectiam um novo modo de encarar a alimentação e o acto da refeição, já que a loiça esmaltada não alterava o sabor à comida.

A *maiolica* dos séculos XV e XVI servia vários propósitos, dependendo dos diferentes estratos sociais, desde peças para uso comum até peças decorativas ou peças propagandísticas a que recorriam membros das elites dominantes (Hess 1988, 3); disso são exemplo as várias peças brasonadas do nosso espólio, bem como duas com a inscrição *IHS – Iesus Hominum Salvatore*.

A partir de meados do século XVI, o declínio na produção cerâmica implicou uma diminuição na qualidade das peças para que se alcançasse um maior número de pessoas. A diferença entre peças de grande qualidade, como as de *istoriato* e *piatti da pompa*, e as de média qualidade era cada vez maior. A produção acabou por sofrer também na variedade cromática e decorativa oferecida, acabando por diminuir drasticamente, com diversos tipos de decorações eliminadas dos compêndios e composições, ficando limitados ao manganês, azul, laranja e amarelo (Carta 2008, 138-139).

Conclusão

Este estudo preliminar do acervo arqueológico resultante da intervenção do Campo das Cebolas, em Lisboa, teve como objectivo principal revelar o elevado potencial científico e patrimonial deste local e do espólio recolhido durante esta intervenção. Procurando enquadrar esta zona vital da cidade de Lisboa no seu contexto histórico, considera-se que o universo cerâmico recuperado, neste caso, centrado nas majólicas de produção italiana, revela uma parte importante da história da cidade, como seja a presença de estrangeiros em Lisboa e em especial o papel das comunidades italianas nos alvares da modernidade.

Este estudo é, como se afirma, preliminar e ainda carece de uma atenção focada em todas as dimensões desta problemática. Contudo, são aqui levantadas diversas questões sugerindo novas linhas de investigação e pistas sobre o enquadramento histórico deste universo material. Uma dessas questões diz respeito aos circuitos de introdução destas cerâmicas de importação italiana em Lisboa. Outra das interrogações é evidenciada em termos arqueológicos pela diminuição das majólicas a partir de meados do século XVI, facto constatado pela estratigrafia correspondente, onde quase desaparece, e que necessita de um melhor esclarecimento e enquadramento histórico.

Considera-se ainda que os estudos arqueológicos que têm vindo a ser efectuados em toda a zona ribeirinha de Lisboa são da maior importância para a melhor compreensão da evolução da cidade e do seu papel num enquadramento mais lato e de dimensão global. Salienta-se por fim o contributo que a arqueologia tem trazido a esta discussão da *Lisboa Moderna*, revelando dados muitas vezes inéditos e contribuindo para uma maior consciencialização da necessidade de protecção deste património.

Agradecimentos

Este trabalho resulta de um convite que nos foi dirigido pela investigadora do CHAM Nunziatella Alessandrini, a quem agradecemos o interesse manifestado por esta problemática. Queremos agradecer a toda a vasta equipa de arqueólogos e técnicos que

trabalharam arduamente durante a intervenção no Campo das Cebolas. Um especial agradecimento também aos arqueólogos Brígida Baptista e Ricardo Teixeira, pelo permanente e constante acompanhamento na coordenação de todos os trabalhos. Agradecemos também à Linha de Investigação do CHAM “História Ambiental e o Mar” e à sua coordenadora, Cristina Brito, sempre receptiva a novos desafios, que desde logo deu todo o apoio para o acompanhamento científico da autora Ana Catarina Garcia neste projecto. Agradecemos ainda ao projecto estratégico do CHAM – Centro de Humanidades, da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade NOVA de Lisboa e da Universidade dos Açores (UID/HIS/04666/2019).

Referências

- ALESSANDRINI, Nunziatella. 2015. “Mercadores italianos na Lisboa de quinhentos. Redes comerciais e estratégias mercantis”. *RILP – Revista Internacional em Língua Portuguesa* 28/29: 121-134.
- ALESSANDRINI, Nunziatella. 2015a. “Italianos em bairros de Lisboa (século XVII)”. *Cadernos do Arquivo Municipal* 3: 109-125.
- ALESSANDRINI, Nunziatella. 2015b. “Vida, história e negócios dos mercadores italianos no Portugal dos Filipes”. In *Portugal na Monarquia Hispânica. Dinâmicas de integração e conflito*, coord. Pedro Cardim *et al.*, 107-134. Lisboa: CHAM.
- BERTI, Fausto. 1997. *Storia della ceramica di Montelupo: uomini e fornaci in un centro di produzione dal XIV al XVIII secolo*. Montelupo Fiorentino: Aedo.
- CARTA, Raffaella. 2008. *Difusión e influencia de la producción de la cerámica italiana entre la baja Edad Media y la primera Edad Moderna el caso de Granada*. Tese de Doutoramento. Granada: Editorial de la Universidad de Granada.
- CASTILHO, Júlio de, e Luís Pastor de Macedo. 1948. *A Ribeira de Lisboa. descrição histórica da margem do Tejo desde a Madre de Deus até Santos-o-Velho*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.
- GARDELLI, Giuliana. 2010. *Maioliche del primo Rinascimento tra Marche e Romagna: d'arte, di fede, di uso e di potere*. San Marino: Fondazione Asset Banca.
- GOLDTHWAITE, Richard A. 1989. “The economic and social world of Italian Renaissance maiolica”. *Renaissance Quarterly, Renaissance Society of America* 42 (1): 1-32.
- HESS, Catherine. 1988. *Italian Maiolica Catalogue of the Collections*. Malibu, Los Angeles: J. Paul Getty Museum.
- HESS, Catherine. 2002. *Italian Ceramics: Catalogue of the J. Paul Getty Museum Collection*. Los Angeles: J. Paul Getty Museum.
- KINGERY, W. David. 1993. “Painterly maiolica of the Italian Renaissance”. *Technology and Culture* 34: 28-48.
- SILVA, A. Vieira da. 1987. *As Murallas da Ribeira de Lisboa*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.